



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0003

BI-2022-0004

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 21/01/2022

Hora: 11:25

Tipo: Denúncia (DEN-2022-0011)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio, tendo consistido em averiguação visual no local, não tendo sido contactado o responsável da parte do Município da Praia da Vitória nem do empreiteiro que procedia à obra.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Município da Praia da Vitória

NIPC/NIF: 512044023

Sede/morada: Praça Francisco Ornelas

Código Postal: 9760-851

Freguesia: Praia da Vitória (Santa Cruz)

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Edificação de bar na Praia da Riviera

Endereço: Praia da Riviera

Código Postal: 9760

Freguesia: Cabo da Praia

Concelho: Praia da Vitória

Ilha: Ilha Terceira

Atividade principal: 84113 - Administração Local

Outras atividades: ---

Período de funcionamento: ---

Licenciamento da atividade: ---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A ação inspetiva foi efetuada na sequência de denúncias efetuadas neste serviço, nomeadamente:

- DEN-2021-0251, de 15/11/2021, relativa a “edificação de estrutura permanente em betão armado sobre uma duna primária da Praia da Riviera, na freguesia do Cabo da Praia”;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- DEN-2021-0254, de 24/11/2021, com referências ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e à Reserva Ecológica (RE), denuncia a obra “sugerindo-se em alternativa a manutenção da tipologia do anterior projeto, com construção ou reedificação maioritariamente em madeira, sem criar mais impacto visual bem como evitar todos os riscos que advém de uma construção deste tipo sem proteção natural suficiente para a exposição a fortes ondulações”;
- DEN-2021-0255, de 25/11/2021, com referências ao POOC e à RE, bem como ao perigo de destruição da duna, e sugerindo a manutenção da tipologia do anterior projeto;
- DEN-2021-0256, de 26/11/2021, denunciando a destruição das dunas e sugerindo uma suspensão da obra e reavaliação da mesma, de forma a minimizar o estrago;
- DEN-2022-0011, de 13/01/2022, pedindo a suspensão da obra do bar da Praia da Riviera e reavaliação do projeto.

2.2 – Descrição da situação observada

No terreno, recorrendo apenas a inspeção visual (sem instrumentos), verificou-se que a obra decorre em conformidade com as peças desenhadas do projeto apresentado às entidades referidas no ponto seguinte (2.3.).



Foto 1



Foto 2



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Foto 3



Foto 4

2.3 – Outras informações obtidas

O projeto em causa obteve apreciações da Autoridade Marítima Local, Direção Regional dos Assuntos do Mar e Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, que se apresentam de forma resumida:

- 14/10/2020 – Ofício n.º 058/C (processo 060.01.01), da Autoridade Marítima Local – Capitania do Porto da Praia da Vitória para a Direção Regional dos Assuntos do Mar, “emite parecer favorável referente ao processo em epígrafe”;
- 02/11/2020 – Ofício n.º SAI-DRAM/2020/1310 (processo 120.13.04/843), da Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM) para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, indicando que “no âmbito das competências desta direção regional, emite-se parecer favorável à construção de edifício com um piso na zona balnear da Riviera, com funções de bar, esplanada, balneários, vestiários, arrecadação para material dos nadadores salvadores, alpendres e ainda acesso pedonal ao areal, mediante o cumprimento das seguintes condições:
 1. Cumprir com os requisitos aplicáveis do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação, que promove a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida em zonas balneares;
 2. Garantir que todas as águas residuais a produzir no novo edifício são alvo de tratamento adequado e que a descarga das águas residuais tratadas no meio natural não é foco de poluição do ambiente, em especial da água balnear;
 3. Promover a reutilização das águas pluviais e garantir que a descarga das águas pluviais no meio natural não é foco de degradação do ambiente, em especial da água balnear;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4. Adaptar a infraestrutura às características geoclimáticas do local, para facilitar o seu bom estado de conservação e funcionamento. Os materiais a utilizar devem ser duráveis, resistentes às intempéries e apropriados às condições locais;
5. Reduzir ao mínimo a área a intervencionar bem como a mobilização do solo/areal, e valorizar a integração paisagística;
6. Adotar boas práticas concretas ao nível da colocação de luminárias, direção/dispersão da luz, temperatura da cor da luz, etc., para reduzir a poluição luminosa e os seus efeitos negativos na saúde e no funcionamento dos ecossistemas, em especial ao nível das aves;
7. Adotar medidas para a prevenção e correta gestão e encaminhamento dos resíduos gerados pela intervenção e assegurar que no término da obra o local é deixado limpo, sem resíduos abandonados.”

Neste ofício, a DRAM destaca ainda que “deverão ser tidos em conta os instrumentos de gestão territorial aplicáveis para a área, nomeadamente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano Diretor Municipal”.

- 17/12/2021 – Parecer técnico da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, faz o enquadramento da obra no POOC, na RE, no Regime Jurídico da Gestão das Zonas Balneares (RJGZB) e no Plano Diretor Municipal (PDM), concluindo que, “considerando os diplomas acima mencionados, informa-se que é possível o pretendido nos modos apresentados, cabendo, no entanto, à DRAM a verificação do estipulado no RJGZB”. Alerta ainda que “o regulamento do PDM poderá não permitir para o Subespaço natural quaisquer obras de construção, e de alteração da topografia, de acordo com o seu artigo 50.º, cabendo à edilidade a sua verificação”. Este parecer foi comunicado à Câmara Municipal da Praia da Vitória (CMPV) no dia 22/12/2021, através do ofício n.º SAI-DRAAC/2021/8735.

2.4 – Enquadramento legal

O Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro, que ratifica o Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória, classifica o local da obra está como “Espaços naturais”, com uso de “Subespaço natural”.

De acordo com o artigo 50.º do referido diploma, “nos espaços naturais estão interditas as seguintes ações que visam garantir a conservação das espécies autóctones e dos habitats naturais:

- a) Quaisquer obras de urbanização ou construção;
- b) Abertura de vias rodoviárias no perímetro dos sítios de importância comunitária referidos na alínea e) do artigo anterior;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- c) Manutenção, expansão ou abertura de exploração de inertes;
- d) Instalação de parques de sucata, nitreiras, depósitos de materiais de construção e combustíveis;
- e) Colocação de painéis publicitários;
- f) Alteração da topografia;
- g) Destruição do coberto vegetal natural, dos habitats e das espécies;
- h) Ações que direta ou indiretamente contribuam para a erosão do solo, nomeadamente a extração de turfas;
- i) Ações que tenham impactes negativos nas áreas de cabeceiras das linhas de água e nas zonas de máxima infiltração, assinaladas na proposta de Reserva Ecológica Regional.”

Assim, e salvo melhor opinião, a intervenção em causa está interdita, de acordo com o PDM.

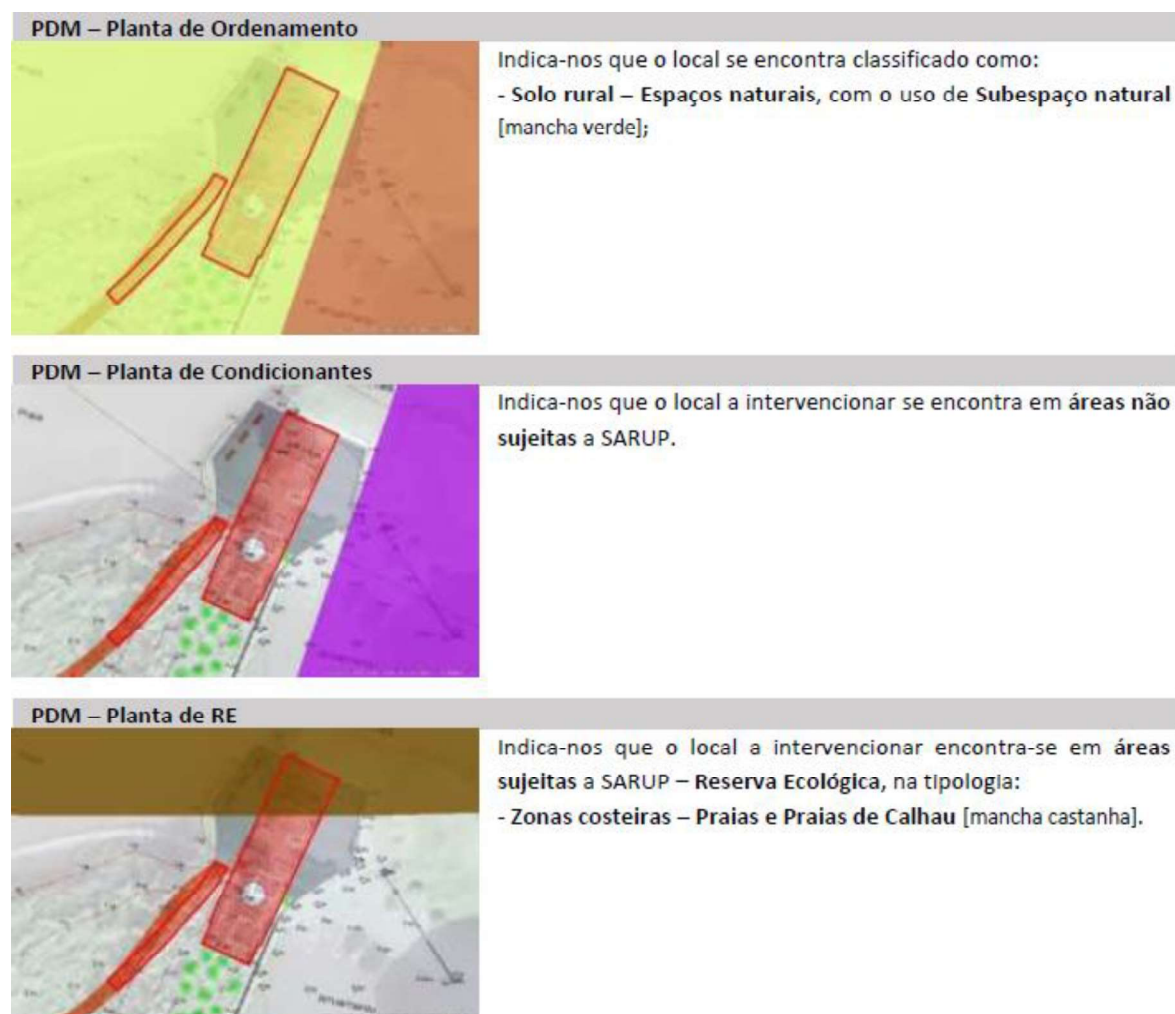


Figura 2: Enquadramento do local no PDM da Praia da Vitória (Fonte: DROTRH, 2021).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3 – Irregularidades e infrações detetadas

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores:

- “Os planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território”, conforme o n.º 4 do artigo 29.º do referido diploma. Neste caso, não foram verificadas violações a planos especiais de ordenamento do território, constituindo a situação uma violação ao PDM;
- “São competentes para a instrução do processo de contraordenação e aplicação da coima:” “o presidente da câmara municipal ou o departamento do Governo Regional competente em matéria de administração local, no caso de violação de plano diretor municipal”, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 8 do artigo 137.º do diploma referido supra.

Assim, a violação ao Plano Diretor Municipal não constitui matéria da competência da Inspeção Regional do Ambiente.

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Comunicação do relatório de inspeção à Inspeção Regional Administrativa e da Transparência (IRAT), entidade que exerce a tutela inspetiva sobre as Autarquias Locais.

Assinado por: **João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva**
Num. de Identificação: 10864965
Data: 2022.02.04 11:10:19-01'00'
Localização: Angra do Heroísmo
Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**
Atributos certificados: **Inspetor Superior na Inspeção Regional do Ambiente.**





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

INFORMAÇÃO

PROCESSO: BI-2022-0004

Data: 25/07/2022

REF.ª: INT-2022-1816

ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DO BAR/BALNEÁRIO DA RIVIERA – ESCLARECIMENTO.

Na sequência do relatório de inspeção INSP-2022-0003 (BI-2022-0004), onde foi identificada uma possível violação do Plano Diretor Municipal, a Câmara Municipal da Praia da Vitória foi notificada, tendo apresentado um parecer jurídico onde presta o devido esclarecimento da situação.

A planta de ordenamento do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2006/A, de 22 de fevereiro, que ratifica o Plano Diretor Municipal da Praia da Vitória, classifica o local da obra como “Espaços naturais”, com uso de “Subespaço natural”.

De acordo com o artigo 50.º do referido diploma, “nos espaços naturais estão interditas as seguintes ações que visam garantir a conservação das espécies autóctones e dos habitats naturais:

- a) Quaisquer obras de urbanização ou construção;
- b) Abertura de vias rodoviárias no perímetro dos sítios de importância comunitária referidos na alínea e) do artigo anterior;
- c) Manutenção, expansão ou abertura de exploração de inertes;
- d) Instalação de parques de sucata, nitreiras, depósitos de materiais de construção e combustíveis;
- e) Colocação de painéis publicitários;
- f) Alteração da topografia;
- g) Destruição do coberto vegetal natural, dos habitats e das espécies;
- h) Ações que direta ou indiretamente contribuam para a erosão do solo, nomeadamente a extração de turfas;
- i) Ações que tenham impactes negativos nas áreas de cabeceiras das linhas de água e nas zonas de máxima infiltração, assinaladas na proposta de Reserva Ecológica Regional.”

No entanto, de acordo com n.º 2 do artigo 49.º do mesmo diploma, os referidos espaços naturais “são constituídos pelas Reservas Florestais e Naturais referidas no n.º 9 e pelas seguintes áreas:

- a) Biótopo de Porto Martins, definido pelo Programa Corine, excluindo a zona banear;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- b) Zona de paisagem humanizada e protegida dos Biscoitos, por constituir uma paisagem com características especiais a proteger, excluindo as zonas balneares;
- c) Faixa de proteção da orla costeira, com os alargamentos da Ponta Selvagem e da Caldeira, excluindo zonas balneares;
- d) Principais escarpas existentes;
- e) Sítio de importância comunitária da serra de Santa Bárbara e Pico Alto e sítio de importância comunitária da Costa das Quatro Ribeiras”.

Assim, de acordo com a alínea c) do artigo 49.º, as zonas balneares são excluídas da classificação de “espaços naturais”, logo as interdições previstas no artigo 50.º não se aplicam àquela área.

A classificação da área em questão estará enquadrada em “Subespaço turístico”, de acordo com o n.º 1 do artigo 31.º, que indica que “os espaços urbanizáveis incluem também as áreas turísticas que são constituídas pelas zonas balneares existentes no concelho...”.

O referido parecer foi tido em conta, concluindo-se não existir irregularidade, pelo que o processo será arquivado.

Assinado por: **João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva**

Num. de Identificação: 10864965

Data: 2022.07.26 12:02:07+00'00'

Localização: Angra do Heroísmo

Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**

Atributos certificados: **Inspetor Superior na Inspeção Regional do Ambiente.**

